

**SECRETARIA DE FINANÇAS**  
**GERÊNCIA DE GESTÃO TRIBUTÁRIA**  
**DIVISÃO DE COBRANÇA AMIGÁVEL**  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO 11 de novembro de 2020**

A Divisão de Cobrança Amigável informa aos seguintes contribuintes sobre o **pedido de prescrição de débitos:**

<b>PROCESSO</b>	<b>NOME / FIRMA</b>	<b>ASSUNTO OU SOLICITAÇÃO</b>
6630/2017	Marcos Antonio de Moraes	<b>DEFERIDO</b> – O pedido de prescrição referente ao IPTU dos exercícios 2002, 2003, 2009, 2010, 2011 e Acordo nº 4936/2002 no valor de <b>R\$ 29.748,71</b> <b>INDEFERIDO</b> - O pedido de prescrição referente ao IPTU dos exercício 2004, pois verificado que no sistema não encontra-se em aberto. Já está na situação de prescrito, havendo perda de objeto com relação ao pleito administrativo
6440/2017	Mariana Ribeiro	<b>DEFERIDO</b> – O pedido de prescrição referente ao ISSC do exercício de 2008 no valor de <b>R\$ 9.322,76</b> <b>INDEFERIDO</b> - O pedido de prescrição referente ao IPTU dos exercício 2009, verificado que foi objeto de Acordo que interrompeu o curso do lapso prescricional, desse modo a Municipalidade ainda dispõe de prazo para proceder com a cobrança, não havendo o que se falar em reconhecimento administrativo por prescrição.
7184/2017	Laice Marioti Machado	<b>DEFERIDO</b> – O pedido de prescrição referente a TXD do exercício de 2005 no valor de <b>R\$ 2.268,50</b>
7335/2016	Amelia Dias de Lima	<b>DEFERIDO</b> – O pedido de prescrição referente ao IPTU do exercício de 2009 no valor de <b>R\$ 1.898,13</b> <b>INDEFERIDO</b> - O pedido de prescrição referente ao IPTU do exercício 2004, pois verificado que foi objeto de execução fiscal que encontra-se extinta e a prescrição foi declarada judicialmente havendo perda de objeto com relação ao pleito administrativo. Quanto ao IPTU dos exercícios 1997, 1998, 2005, 2006, 2007 e 2008, verificado que foram objetos de Acordo que interrompeu o curso do lapso prescricional, não havendo o que se falar em reconhecimento administrativo por prescrição
7997/2017	Alessandro Moriconi dos Santos	<b>DEFERIDO</b> – O pedido de prescrição referente a TXD do exercício de 1997 no valor de <b>R\$ 2.283,02</b>
11372/2016	Ilma do Carmo Lopes	<b>DEFERIDO</b> – O pedido de prescrição referente ao IPTU dos exercícios de 1994, 1995, 1996, 1997, 2000, 2001, 2002, 2003 e 2004 no valor de <b>R\$ 43.183,92</b> <b>INDEFERIDO</b> - O pedido de prescrição referente ao IPTU dos exercícios 1998 e 1999, pois verificado que foi objeto de execução fiscal que encontra-se extinta e a prescrição foi declarada judicialmente havendo perda de objeto com relação ao pleito administrativo. Quanto ao IPTU exercício 2005 e 2006, verificado que são objetos de execução fiscal que encontra-se em andamento, não havendo o que se falar em reconhecimento administrativo por prescrição. Com relação ao IPTU exercícios 2007, 2008 e 2010, estes foram objetos de acordo que interrompeu o curso do lapso prescricional, não havendo o que se falar em reconhecimento administrativo por prescrição.
12755/2017	Carlos Barbosa de Oliveira	<b>DEFERIDO</b> – O pedido de prescrição referente a MULTA DE TRÂNSITO dos exercícios de 2004, 2005 e 2006 no valor de <b>R\$ 7.627,20</b>

Publicado eletronicamente em 11 de novembro de 2020 por Katia Silva